

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

06
2018



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Juliana Pinto Lemos da Silva

Editor Adjunto: Diogo Ives de Quadros

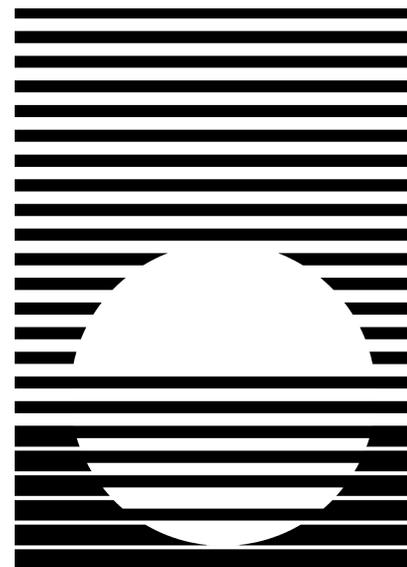
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Pablo Saturnino Braga.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Iván Duque é eleito presidente na Colômbia
OEA inicia processo que pode suspender Venezuela da organização
Venezuela avisa que não reconhecerá julgamento sobre Essequibo pela CIJ

Página 05

Uruguai assume Presidência da Cúpula dos Presidentes do Mercosul
Argentina assina acordo com o FMI, e trabalhadores protestam
Bolívia estreita sua relação com Rússia e China

Página 06

Política migratória de Trump gera protestos na América Latina
EUA causa crise humanitária

Página 07

Políticas nacionais para migração geram controvérsias
Índia e Cuba assinam acordos de cooperação
Brasil, China e Índia saúdam cúpula entre EUA e Coreia do Norte

Página 08

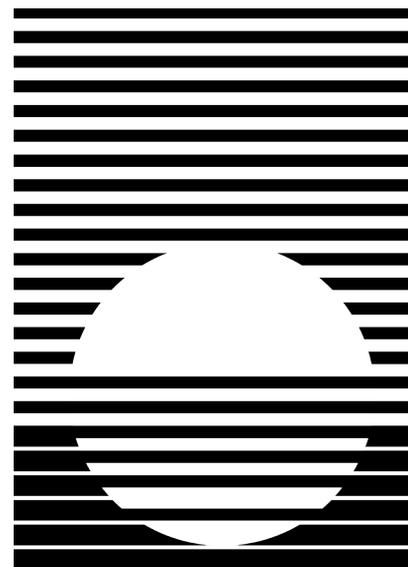
Estudo analisa diplomacia pública chinesa no leste da Ásia e no Pacífico
China recebe reunião da Organização para Cooperação de Xangai

Página 09

Jornalistas estão no centro de impasse entre Moscou e Kiev
Recep Tayyip Erdogan é reeleito na Turquia
Direitos das mulheres e representação política avançam na América Latina

Página 10

Primeira mulher latino-americana é eleita para a Presidência da AGNU



Iván Duque é eleito presidente na Colômbia

No dia 17 de junho, os eleitores colombianos foram convocados para irem às urnas e decidirem qual candidato e proposta de governo preferiam diante da polarização entre a direita, representada por Iván Duque, do Partido Centro Democrático, e a esquerda, representada por Gustavo Petro, da coalizão Colômbia Humana. O índice de abstenção eleitoral manteve-se na média do primeiro turno, cerca de 47%, um ponto positivo para o país em que o voto não é obrigatório e cujo histórico de abstenção eleitoral é alto. No total, 19.495.924 eleitores (53%) votaram nas eleições presidenciais, em que Duque teve mais de 10,3 milhões de votos (53,98%), contra um pouco mais de 8 milhões (41,81%) do seu opositor. Apesar da expectativa de que o número de votos em branco seria alto no segundo turno, não houve um aumento significativo. No primeiro turno, 1,76% dos eleitores votou em branco, enquanto no segundo turno, foram 4,20%. Mesmo com as críticas de Petro de que votar em branco seria votar em Duque – direcionadas sobretudo ao ex-candidato Sergio Fajardo, de quem buscou apoio sem sucesso – a imprensa salientou que mesmo que tivesse conseguido uma boa parte desses votos, ainda não seria suficiente para garantir sua vitória. Após a rápida divulgação do resultado, Petro reconheceu o resultado e disse que não se sente derrotado, visto o substancial apoio da população. Pediu, ainda, que o novo presidente se desligue da política tradicional, e destacou que será oposição ao governo. Por sua vez, Duque, apesar de sua vinculação com o ex-presidente Álvaro Uribe, destacou em seu primeiro discurso, após a eleição, que era representante de uma nova geração que deseja unir o país e superar os problemas da corrupção e do clientelismo que afetam o sistema político. O presidente eleito tomará posse em agosto.

Fontes: [El Tiempo](#), 16/06/2018; [Folha de São Paulo](#), 17/06/2018; [El Tiempo](#), 17/06/2018; [El Colombiano](#), 17/06/2018.

OEA inicia processo que pode suspender Venezuela da organização

No dia 05 de junho, durante a XLVIII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), 19 países membros aprovaram resolução na qual consideraram ilegítimas as eleições presidenciais venezuelanas de 20 de maio. Quatro países votaram contra e 11 se abstiveram. O texto aprovado também pede que o governo de Nicolás Maduro

permita ajuda humanitária ao país e que o poder da Assembleia Nacional seja restaurado. Além disso, invoca os Artigos 20 e 21 da Carta Interamericana da OEA, que prevê que países onde tenha ocorrido uma ruptura democrática sejam suspensos do bloco. Para que isso ocorra, é necessário que o Conselho Permanente da OEA aprove a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Geral, na qual a suspensão seria votada. A última suspensão de um Estado membro da OEA ocorreu no ano de 2009, com Honduras, em virtude do golpe de Estado que depôs o presidente Manuel Zelaya. A Venezuela já tinha pedido para se retirar da instituição em 2017, porque se opõe que a crise política do país seja discutida na OEA, visto que considera isso ingerência em seus assuntos internos. Contudo, o processo de retirada espontânea de um membro leva dois anos para se completar. Na política doméstica, o presidente Maduro, recentemente reeleito, remodelou seu gabinete ministerial, indicando Delcy Rodríguez como nova vice-presidenta executiva do país. Rodríguez foi chanceler de Maduro por mais de dois anos e presidenta da Assembleia Nacional Constituinte desde 2017. Maduro também ordenou a reestruturação de todas as empresas básicas do país, o que inclui setores estratégicos como siderurgia, eletricidade e telefonia, além de outras 720 empresas estatais.

Fontes: [El Nacional](#), 05/06/2018; [El Nacional](#), 14/06/2018; [El Universal](#), 14/06/2018; [El Universal](#), 15/06/2018.

Venezuela avisa que não reconhecerá julgamento sobre Essequibo pela CIJ

Após a ONU fracassar na mediação da disputa pelo território de Essequibo entre Venezuela e Guiana ao longo de 2017, o governo guianense levou o caso para julgamento na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em 30 de março. Entretanto, o governo venezuelano anunciou, em 19 de junho, que não reconhecerá a jurisdição da CIJ e que não participará do processo, insistindo para que a negociação se mantenha no nível político. Em carta entregue ao presidente do tribunal pela chanceler Delcy Rodríguez, em Haia, Nicolás Maduro afirmou que a demanda guianense tem por trás uma pressão da empresa estadunidense Exxon Mobil, que tem contratos de exploração de petróleo na região. Simultaneamente, a Assembleia Nacional venezuelana anunciou que convocará o Conselho de Defesa da Nação para analisar cenários e estratégias com relação ao tema, ao passo que o ministro da

Defesa, Vladimir Padrino López, afirmou que a Força Armada Nacional Bolivariana se encontra vigilante a respeito do assunto. Ainda no mesmo dia, o governo guianense, presidido por David Granger, solicitou à CIJ que resolva o caso em seu favor, conforme artigo do estatuto da Corte, que assim o permite quando uma das partes não comparece ao processo.

Fontes: [Kaieteur News](#), 19/06/18; [El Universal](#), 20/06/18.

Uruguai assume a Presidência da Cúpula de Presidentes do Mercosul

Entre os dias 13 e 18 de junho, foram realizadas a LII Reunião do Conselho do Mercado Comum e a LII Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados, na qual foi transferida a Presidência pro tempore do Paraguai para o Uruguai. Na reunião do Conselho, que contou com a participação de ministros de Fazenda, economia, comércio e os chanceleres do bloco, predominaram assuntos comerciais. Os ministros uruguaios denunciaram que a Argentina e o Brasil tomaram medidas que dificultam a instalação de fábricas automobilísticas no Uruguai e no Paraguai, e pediram a atualização da tarifa externa comum. O chanceler paraguaio insistiu em trabalhar no livre trânsito de bens, especialmente os produzidos por pequenas e médias empresas, assim como em avançar na integração energética. Na Cúpula, na qual participaram os presidentes Michel Temer, Tabaré Vázquez e Horacio Cartes, e a vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, os presidentes do Brasil e do Paraguai insistiram na continuação das negociações com a União Europeia que começaram há quase 20 anos, enquanto a vice-presidente argentina pediu mais vontade política do bloco europeu. O presidente uruguaio criticou a demora, advertindo que o Mercosul deveria fechar um acordo comercial com a China. O presidente paraguaio pediu para que o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul II (Focem II) entre na fase operativa o mais rapidamente possível, pelo fato de ser um instrumento fundamental para superar as assimetrias do bloco. Os mandatários e seus representantes também condenaram a violência na Nicarágua, pedindo que se respeite o direito de protestar, e exigiram do governo venezuelano a permissão do acesso à ajuda humanitária. Finalmente, prevê-se que na presidência pro tempore, o Uruguai impulsione o acordo com a China e trabalhe na diminuição das assimetrias dentro do bloco.

Fontes: [EFE](#), 17/06/2018; [La Nación](#), 18/06/2018; [ABC](#), 19/06/2018; [El Observador](#), 19/06/2018.

Argentina assina acordo com o FMI, e trabalhadores protestam

No início de junho, a Argentina assinou acordo com o FMI no valor de US\$ 50 bilhões, por um período de três anos. A diretora do órgão, Christine Lagarde, destacou a necessidade de a Argentina redobrar os esforços para controlar a inflação, manter as taxas de câmbio flexíveis, bem como estabelecer um piso para gastos na área de assistência social. Na última semana, o Conselho Executivo do FMI finalmente aprovou o acordo, e a Argentina poderá imediatamente obter US\$ 15 bilhões liberados pelo fundo. A imprensa argentina informou que esse acordo significa um marco na política econômica para frear a desvalorização cambial, recuperar a confiança dos mercados e alavancar a economia. O acordo com o FMI implica um ajuste fiscal mais profundo do que o previsto inicialmente pelo governo, que decidiu promover mais cortes nos gastos públicos e nos financiamentos do Banco Central ao Tesouro argentino. Contudo, mesmo após o anúncio da aprovação do acordo, o peso continuou se desvalorizando e o risco país aumentou. A política econômica adotada pelo governo Macri gerou protestos. A Confederação Geral do Trabalho (CGT) convocou nova greve geral – já é a terceira somente nos últimos 15 meses. Os organizadores da greve estimam que aproximadamente um milhão de trabalhadores participaram da greve, sendo que houve adesão de vários sindicatos, como os dos setores de transportes públicos e de aviação, o que limitou o funcionamento dos serviços de mobilidade urbana. O objetivo dos trabalhadores é pressionar o governo para mudar a política econômica, que eles consideram que representa um ajuste muito drástico imposto pelo FMI, e protestar contra o aumento de tarifas e contra as demissões na administração pública.

Fontes: [G1](#), 07/06/2018; [La Nación](#), 20/06/2018; [La Nación](#), 25/06/2018; [El País](#), 25/06/2018; [G1](#), 25/06/2018; [Clarín](#), 27/06/2018.

Bolívia estreita sua relação com Rússia e China

Em junho de 2018, o presidente boliviano, Evo Morales, realizou visitas à Rússia e à China que estreitaram as relações diplomáticas e estratégicas da Bolívia com os dois países. Com a Rússia, foram firmados diversos acordos, principalmente no setor de hidrocarbonetos (aumento da extração de gás boliviano pela empresa estatal russa) e de segurança (modernização das Forças Armadas bolivianas), além

de negociações nos setores cultural e comercial. Em relação ao campo da política, Morales demonstrou interesse de que a Bolívia faça parte da Comunidade Euro-Asiática e declarou que a Rússia é importante para o “processo de libertação” da América Latina e Caribe. Na China, Morales realizou uma série de reuniões com representantes de diferentes setores, principalmente industrial e comercial. Xi Jinping, presidente chinês, declarou que a visita do presidente boliviano ajudaria a forjar uma coordenação entre os dois países no âmbito internacional, além de destacar a importância regional da Bolívia e expressar agradecimento pelas contribuições feitas pelo país para a aproximação entre a China e a região no âmbito do Fórum China-CELAC. A mídia boliviana também repercutiu declarações do governo chinês em que se expressou confiança na Presidência pro tempore exercida pela Bolívia na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), no sentido de promover o fortalecimento da organização e a integração regional. Morales também entregou a seu homólogo chinês um exemplar do Livro do Mar, documento que contém os argumentos históricos e legais da ação movida pela Bolívia contra o Chile perante o Tribunal Internacional de Justiça para negociar uma saída soberana para o mar. Após seu retorno à Bolívia, Morales anunciou a criação de “delegados presidenciais”, encarregados do comércio com a China e com a Rússia, com o objetivo de aproveitar a abertura dos mercados nas duas potências.

Fontes: [La Razón](#), 10/06/2018; [La Razón](#), 15/06/2018; [La Razón](#), 18/06/2018; [El Deber](#), 19/06/2018; [La Razón](#), 19/06/2018; [La Razón](#), 20/06/2018; [El Deber](#), 20/06/2018.

Política migratória de Trump gera protestos na América Latina

No mês de junho, a política do presidente Donald Trump de tolerância zero à entrada de imigrantes nos EUA, que resultou na separação de mais de duas mil crianças de seus pais e familiares, foi bastante criticada pelas autoridades políticas latino-americanas, sobretudo dos países que tiveram seus nacionais diretamente atingidos por tais medidas, a exemplo do México. Com 21 crianças mexicanas desamparadas em solo estadunidense, os parlamentares desse país demandaram, do governo nacional, a suspensão dos acordos de cooperação com os EUA em matéria de migração, terrorismo e combate ao crime organizado, como forma de protesto às medidas migratórias de Trump, que qualificaram como cruéis, desumanas,

imorais e criminosas. O governo mexicano, além de solicitar a intervenção das Nações Unidas para a proteção das famílias de migrantes e refugiados na fronteira dos EUA, prometeu elaborar, em articulação com outros países latino-americanos, um projeto de resolução na Organização dos Estados Americanos (OEA) para a condenação da política migratória estadunidense. No Peru, deputados de estirpes partidárias distintas se mobilizaram contra as medidas de tolerância zero por meio da elaboração de uma moção de repúdio, e da pressão exercida sobre a chancelaria peruana para que esta coordenasse, com outros países da região, um plano de ação no âmbito do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. O Brasil, que teve 49 menores separados dos pais, rechaçou, por meio de nota oficial do Ministério de Relações Exteriores, a prática de separação de famílias de imigrantes, tida como “cruel e em clara dissonância com os instrumentos internacionais de proteção à criança”. O Chanceler Aloysio Nunes, entretanto, procurou contemporizar, dizendo não querer politizar o assunto e alertando os imigrantes a “obedecer e não tentar burlar” as leis dos países, “assim como queremos que respeitem as nossas”.

Fontes: [El Comercio](#), 20/06/2018; [Emol](#), 20/06/2018; [G1](#), 20/06/2018; [La República](#), 20/06/2018; [El Universal](#), 21/06/2018; [G1](#), 21/06/2018; [Sputnik](#), 22/06/2018; [Secretaria de Relaciones Exteriores de México](#), 26/06/2018; [Secretaria de Relaciones Exteriores de México](#), 28/06/2018.

EUA causa crise humanitária

O presidente dos EUA, Donald Trump, concretizou suas ameaças e, no dia 19 de junho, oficializou a saída do país do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Ao fazer o anúncio, a embaixadora dos EUA para a ONU, Nikki Haley, chamou o conselho de hipócrita. O país vem a tempos criticando o órgão por sua postura “anti Israel” e por contar com a presença de países violadores de direitos humanos como China, Cuba e Venezuela. A saída acontece um dia após o alto-comissário da ONU, Zeid Ra’ad Al Hussein, realizar duras críticas aos EUA pela política de tolerância zero contra a imigração na fronteira com o México. A controversa ação do governo de Trump, que foi anunciada em abril, já separou mais de 2300 crianças de suas famílias. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cem dessas crianças são menores de quatro anos. Um grupo de legisladores estadunidenses visitou, no dia 17 de Junho, um centro de detenção, que era um armazém no Texas, onde

mais de mil pessoas estão detidas, e descreveram que as crianças estão dentro gaiolas de metal, uma delas ocupada por 20 menores. Unicef condenou a prática e reforçou que a separação pode expor os menores a experiências traumáticas, exploração e abuso. A população estadunidense tem recriminado fortemente as ações do governo por meio de manifestações. A ex-primeira-dama Laura Bush descreveu as práticas como cruéis e imorais, a Associação Americana de Pediatras declarou que a prática de separar as crianças de seus pais pode causar danos irreparáveis, e até Melania Trump repudiou as ações do marido. A diretora da Anistia Internacional para as Américas, Erika Guevara-Rosas, afirmou que este tipo de coerção enquadra-se como tortura, reforçando que diversos direitos humanos estão sendo gravemente violados.

Fontes: [El País](#), 18/06/2018; [El Nuevo Día](#), 19/06/2018; [BBC](#), 19/06/2018; [El País](#), 19/06/2018; [Expansión](#), 20/06/2018; [Anistia Internacional](#), 20/06/2018.

Políticas nacionais para migração geram controvérsias

No dia 20 de junho é celebrado o Dia Mundial do Refugiado. Anualmente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) divulga o Relatório de Tendências Globais, com o panorama do fluxo de refugiados. Em relação a 2017, o relatório revelou que houve um aumento do refúgio pelo quinto ano consecutivo, tendo sido o maior crescimento registrado pelo ACNUR em um ano. De acordo com o documento, as crianças corresponderem a 53% do total de refugiados, e muitas estão desacompanhadas ou são separadas de suas famílias. Sob esta perspectiva destaca-se a divulgação de uma gravação, no dia 19 de junho, em que crianças detidas em um centro de imigração estadunidense chamam pelos seus pais. A separação dos pais e filhos acontece na fronteira dos EUA com o México, em razão da chamada política de tolerância zero que vem sendo implementada por Donald Trump. A grande repercussão da gravação na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, do qual os EUA se retirou, corroborou para que Trump assinasse, no dia 20 junho, decreto que suspende a separação dessas quase duas mil crianças de seus pais. Na Itália, no dia 10 de junho, foi negada a entrada de um barco do Médicos Sem Fronteiras com pelo menos 629 imigrantes resgatados na costa da Líbia. A ação foi autorizada pelo ministro de Interior, Matteo Salvini, e se repetiu no dia 21 de junho, quando foi impedida a atracação do barco da ONG alemã Lifeline na costa italiana. Em vídeo divulgado nas redes

sociais, Salvini afirmou que barcos de ONGs não voltarão a estar na Itália, e se referiu aos imigrantes como “carne humana”. Em razão do Dia Mundial do Refugiado, a ONU pediu solidariedade para lidar com o atual fluxo migratório.

Fontes: [O Globo](#), 10/06/2018; [BBC](#), 19/06/2018; [ONU](#), 19/06/2018; [Folha de São Paulo](#), 19/06/2018; [EBC](#), 20/06/2018; [Folha de São Paulo](#), 20/06/2018; [El País](#), 21/06/2018.

Índia e Cuba assinam acordos de cooperação

No dia 22 de junho, Índia e Cuba aprofundaram importantes laços de cooperação com a visita do presidente indiano Ram Nath Kovind à ilha caribenha. A recepção realizada pelo recém-eleito presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, marcou a primeira visita de um chefe de estado indiano à Cuba após a Revolução Cubana, em 1959. Durante o encontro de alto nível, Índia e Cuba mantiveram importantes discussões da agenda bilateral e decidiram aprofundar os acordos de cooperação nas áreas de biotecnologia, energias renováveis e medicina tradicional. Os dois países também firmaram uma carta de intenção entre a BioCubaFarma, o Conselho de Apoio à Pesquisa Biotecnológica e o Instituto Kalam Biotecnologias de Saúde indiano. Ainda como parte da agenda, o presidente indiano rendeu homenagens a Fidel Castro, líder histórico da Revolução Cubana, no cemitério de Santa Efigênia, na cidade de Santiago de Cuba. Por fim, Kovind proferiu uma aula magna na Universidade de Havana e conheceu o centro histórico da capital cubana, declarado patrimônio histórico da humanidade pela Unesco, em 1982.

Fontes: [UOL](#), 21/06/2018; [Prensa Latina](#), 22/06/2018; [India Times](#), 23/06/2018, [Prensa Latina](#), 23/06/2018.

Brasil, China e Índia saúdam cúpula entre EUA e Coreia do Norte

Os governos do Brasil, China e Índia saudaram a realização da cúpula entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da Coreia do Norte, Kim Jong-un, em 12 de junho em Cingapura. Do encontro, resultou um documento conjunto de compromisso pela desnuclearização e construção de um regime de paz na península coreana. O governo brasileiro afirmou em nota que reitera a confiança no diálogo e na diplomacia e destacou seu apoio ao processo

negociador, fazendo votos de que este possa continuar evoluindo positivamente, de forma a contribuir para a paz e a segurança internacionais. Por sua vez, o governo chinês saudou a decisão de Donald Trump de pôr fim à estratégia de war games na península coreana, em referência aos exercícios militares conjuntos dos EUA com a Coreia do Sul. O porta-voz chinês do Ministério do Exterior, Geng Shuang, afirmou que o Conselho de Segurança da ONU deve a partir de agora considerar a remoção das sanções impostas à Coreia do Norte, sinalizando apoio aos esforços diplomáticos no momento atual. Por fim, o governo indiano afirmou em nota que apoia todos os esforços para alcançar a paz e a estabilidade na península coreana por meio do diálogo e da diplomacia. Ademais, disse manter a esperança de que a resolução sobre a península coreana leve em consideração as reclamações da Índia sobre proliferação nuclear que se estendem até as suas fronteiras, em aparente referência às ligações entre a Coreia do Norte e o Paquistão.

Fontes: [O Globo](#), 12/06/2018; [Al Jazeera](#), 12/06/2018; [EBC](#), 12/06/2018; [New Indian Express](#), 12/06/2018.

Estudo analisa diplomacia pública chinesa no leste da Ásia e no Pacífico

Uma iniciativa de pesquisa da College of William & Mary, nos EUA, a AidData, divulgou um relatório sobre os esforços da China no Leste Asiático e no Pacífico para aumentar a sua influência política na região. O documento analisa o programa de diplomacia pública de Pequim, concluindo que a potência asiática não está apenas aumentando suas atividades, mas também as diversificando, adaptando suas estratégias para diferentes países com base em fatores locais. No relatório, a diplomacia pública de Pequim é dividida em cinco categorias: informacional, cultural, de intercâmbio, financeira, e de elite a elite. Os países que recebem o maior fluxo de atividades são aqueles que representam oportunidades de mercado de alto valor, sendo o nível de abertura de tais países para os investimentos, bens e serviços chineses uma determinante importante. Assim, Japão, Austrália e Coreia do Sul atrairiam o maior volume, e o mais diversificado conjunto de atividades, principalmente na forma de iniciativas como acordos entre cidades-irmãs, inauguração de Institutos Confúcio e visitas oficiais. Segundo Samantha Custer, principal autora do relatório, Pequim emprega uma estratégia de longo prazo, procurando exportar uma imagem positiva da China para as elites dos países receptores, como empresários, jornalistas e representantes de grupos da

sociedade civil, enquanto espera por um momento em que os líderes políticos sejam mais receptivos aos seus pontos de vista. Além disso, o documento destaca que os investimentos chineses em infraestrutura superam todos os outros no que tange à sua diplomacia financeira: cerca de US\$ 45,8 bilhões foram gastos no Leste Asiático e no Pacífico só nesta categoria. A pesquisa foi financiada pelo Departamento de Estado dos EUA, em colaboração com o think-tank Instituto de Política Asia Society e o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, organização de pesquisa estadunidense sem fins lucrativos.

Fontes: [College of William & Mary](#), 27/06/2018; [The Diplomat](#), 27/06/2018; [South China Morning Post](#), 27/06/2018; [Bloomberg](#), 27/06/2018.

China recebe reunião da Organização para Cooperação de Xangai

Entre os dias 09 e 10 de junho, ocorreu a XVIII Reunião de Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) na cidade chinesa de Qingdao, província de Shandong. Atualmente composta por Índia, China, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão e Rússia, a OCX surgiu em 2001 como um fórum para resolução de disputas entre os países da Ásia Central, tendo sido expandida a fim de incluir novos membros, mas também outros temas, como o comércio internacional. Desde a sua criação, China e Rússia são os principais incentivadores da organização como um espaço regional para resolver questões de segurança na Eurásia sem a presença dos EUA. O encontro desse ano dedicou especial importância ao tema do acordo nuclear do Irã, no sentido de mantê-lo vivo, mesmo com a saída dos EUA. O presidente iraniano, Hassan Rouhani, participou do encontro, uma vez que o Irã é membro observador da OCX, e buscou o apoio dos membros da organização, sobretudo de Rússia e China, de que as garantias do acordo nuclear sejam mantidas pelos seus membros signatários. Outro importante tema na agenda da OCX foram os eventos recentes na Península Coreana, com o esforço diplomático de reaproximação entre Coreia do Sul e do Norte, e desta com os EUA. Por fim, temas como terrorismo e cooperação na área de segurança também figuraram na agenda, além da iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda (Belt and Road, em inglês), que visa aumentar a conexão e cooperação entre a China os demais países da Eurásia.

Fontes: [Xinhua](#), 05/06/2018; [NHK](#), 08/06/2018; [CNN](#), 08/06/2018; [Financial Times](#), 10/06/2018; [Hindustan](#)

[Times](#), 10/06/2018.

Jornalistas estão no centro de impasse entre Moscou e Kiev

Ao longo de junho houve repercussão de incidentes envolvendo jornalistas russos na Ucrânia, ocorridos no final de maio, despertando reações russas e da comunidade internacional. Autoridades ucranianas reportaram e confirmaram o assassinato do jornalista russo Arkady Babchenko, em Kiev. Em seguida, as forças de segurança da Ucrânia voltaram a público para desmentir o fato. O chefe do Serviço de Segurança Ucraniano (SBU, na sigla em ucraniano) afirmou que a agência preveniu o suposto atentado contra a vida do jornalista, chamando-o à frente das câmeras. Para Kiev, houve participação russa no atentado contra a vida do jornalista, que é um crítico de Vladimir Putin. O porta-voz oficial do Kremlin, Dmitry Peskov, considerou “estranha” a situação, alegando que ela não mudará a visão que os russos possuem da Ucrânia como um país perigoso para jornalistas. Peskov afirmou ainda que Kiev precisa moderar suas acusações de um suposto envolvimento da Rússia para forjar a morte de Babchenko e desestabilizar a segurança ucraniana. O porta-voz comparou tais acusações àquelas feitas por Londres, em ocasião do assassinato de um ex oficial de inteligência russo em solo inglês. O falso assassinato de Babchenko levou a Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) a condenar o que classificou como disseminação de fake news por parte da Kiev. A organização Jornalistas sem Fronteiras também endossou as críticas ao governo ucraniano. No início do mês, uma nova acusação envolvendo jornalistas elevou a tensão entre os países: a agência russa RIA Novosti denunciou uma tentativa de recrutamento de um de seus jornalistas por parte da SBU, que teria tentado forçá-lo a conceder informações privilegiadas sobre os russos. O Kremlin clamou às autoridades internacionais que tomassem providências diante do fato, exigindo também a libertação do repórter russo Kirill Vyshinsky, editor-chefe da RIA Novosti, preso desde maio na Ucrânia.

Fontes: [Tass](#), 30/05/2018; [Kyiv Post](#), 30/05/2018; [Tass](#), 31/05/2018; [Russia Today](#), 31/05/2018; [Unian](#), 03/06/2018; [Tass](#), 03/06/2018; [Russia Today](#), 08/06/2018.

Recep Tayyip Erdogan é reeleito na Turquia

Em 24 de junho, Recep Tayyip Erdogan foi reeleito presidente da Turquia para mandato de cinco anos com 53% dos votos. Muharrem Ince, principal candidato de oposição, recebeu 30% dos votos. O pleito contou com um comparecimento às urnas de 87% dos eleitores, segundo dados oficiais. A coligação formada pelo Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), partido de Erdogan, e pelo Partido de Ação Nacionalista (MHP, na sigla em turco), obteve 54,7% dos votos para o parlamento, dando maioria legislativa ao governo. Por sua vez, o bloco de oposição somou 33,6% dos votos. As eleições foram realizadas devido a uma mudança no sistema político turco, aprovada em plebiscito em 2017. De acordo com a nova proposta, o poder Executivo centralizaria mais poderes, e o candidato que vencesse as eleições presidenciais previstas para 2019 governaria os primeiros cinco anos no novo sistema. Destaca-se também que Erdogan antecipou o pleito para junho de 2018. Durante a campanha presidencial, o tema dos curdos foi um dos que dividiu os dois principais candidatos. Enquanto Ince se colocou favorável a questão curda, Erdogan afirmou não haver questão curda no país, mas curdos na Turquia. Por fim, deve-se mencionar que a vitória de Erdogan torna ainda mais complexa a questão do ingresso da Turquia na União Europeia, uma vez que desde o relatório divulgado pela Comissão Europeia, em abril de 2018, que condenava o governo turco pelas prisões de acusados da tentativa de golpe de estado em 2016, as relações entre o país e o bloco europeu atravessam um momento delicado.

Fontes: [Voz da Turquia](#), 14/06/2018; [Estadão](#), 17/06/2018; [Folha de São Paulo](#), 19/06/2018; [O Globo](#), 21/06/2018; [Valor Econômico](#), 24/06/2018; [EBC](#), 24/06/2018; [Voz da Turquia](#), 25/06/2018.

Direitos das mulheres e representação política avançam na América Latina

Desde a redemocratização na Argentina, em 1983, o projeto de lei a favor da despenalização da interrupção da gravidez foi apresentado sete vezes no Congresso Nacional. O aborto é considerado ilegal, com pena de prisão de um a quatro anos para as mulheres que abortam fora dos casos excepcionais – estupro ou quando existe risco de vida da mãe. Segundo Adolfo Rubinstein, ministro da Saúde do país, a cada ano o número oficial de abortos chegam a 450 mil, com

casos de internações por complicações derivadas de procedimentos feitos sem segurança e morte de mulheres. No dia 14 de junho, devido à pressão do movimento feminista Nem Uma a Menos, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de interrupção voluntária da gravidez até a 14ª semana de gestação, podendo este prazo ser maior em casos de risco de vida da mãe, estupro e/ou má formação fetal. O projeto necessita agora da aprovação do Senado para ser incorporado à legislação argentina e é apontado como uma tendência para influenciar os demais países da América Latina. Outra tendência observada na região é a chegada de lideranças femininas ao cargo de vice-presidente em alguns países. Na Colômbia, Marta Lucía Ramirez, com experiência no setor privado e na política conservadora, foi eleita. No Paraguai, Alicia Pucheta, ex-magistrada da Corte Suprema da Justiça, foi designada vice-presidente após renúncia de Juan Afara, e na Venezuela, a ex-chanceler Delcy Rodríguez foi nomeada por Nicolás Maduro como seu braço direito. Porém, com a saída de Michelle Bachelet da presidência do Chile, nenhuma mulher conseguiu chegar ao cargo mais alto nos países latino-americanos.

Fontes: [El País](#), 05/06/2018; [El País](#), 14/06/2018; [Página 12](#), 14/06/2018; [El País](#), 25/06/2018.

Primeira mulher latino-americana é eleita à Presidência da AGNU

No dia 05 de junho, pela primeira vez uma mulher latino-americana foi eleita à Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). María Fernanda Espinosa Garcés, política, diplomata, poeta e atual chanceler equatoriana, saiu vitoriosa na eleição frente a Mary Elizabeth Flores Flake, embaixadora de Honduras na ONU. Espinosa Garcés obteve 128 votos contra 62 de Flores. Em 2007, já havia assumido o cargo de ministra de Relações Exteriores, Comércio e Integração de Rafael Correa, ex-presidente do Equador, e em 2008, assumiu o cargo de embaixadora equatoriana nas Nações Unidas. É considerada uma aliada política de Correa, que é opositor do atual presidente equatoriano, Lenin Moreno. Temáticas como a crise na Venezuela são um ponto de desencontro entre Espinosa Garcés e Moreno, pois a chanceler não condena o governo de Maduro e mantém uma linha de maior aproximação com o regime bolivariano. A candidatura de Espinosa Garcés gerou um pequeno conflito do país com

Honduras, que acusou o Equador de não cumprir o acordo de distribuição de cargos internacionais. O principal tema conflitante entre as duas candidatas estava nas relações com Israel. O atual governo hondurenho, além de não reconhecer o Estado palestino, tem estreitado suas relações com Israel e votou contrariamente à resolução da Assembleia Geral que condenava os EUA por declararem Jerusalém a capital de Israel. A escolha da Presidência segue uma rotação informal entre as regiões e, tradicionalmente, se dá por consenso; neste caso, não houve unidade em torno do nome latino-americano indicado. Espinosa Garcés assumirá o cargo por um ano, iniciando em setembro. A equatoriana afirmou que suas prioridades serão fortalecer o multilateralismo e a ONU frente a crises globais, além de pontuar a importância da reforma da organização. É a quarta vez que uma mulher é eleita para o cargo.

Fontes: [El Mercurio](#), 03/06/2018; [El Mercurio](#), 04/06/2018; [El Mercurio](#), 05/06/2018; [ONU](#), 05/06/2018; [Times of Israel](#), 06/06/2018; [El Nacional](#), 06/06/2018.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

